

O CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS SOCIOPOLÍTICOS DO “DILEMA NORMATIVO” DA SEGURANÇA

KNOWLEDGE AND THREAT CONSTRUCTION: REFLECTIONS ON THE SOCIOPOLITICAL IMPACTS OF THE SECURITY “NORMATIVE DILEMMA”

Clarissa Nascimento Forner¹

Resumo: Esse artigo busca compreender os impactos políticos do conhecimento e seus desdobramentos sobre os processos de construção de ameaças, tais quais descritos na literatura construtivista de segurança internacional. Para tanto, o trabalho encontra-se alicerçado na revisão bibliográfica e problematização de teóricos que equacionam, em alguma medida, a dinâmica do binômio poder-conhecimento, a saber, Michel Foucault e Pierre Bourdieu e seus correspondentes no campo das Relações Internacionais, como Peter M. Haas e Jef Huysmans. A partir da contraposição dos argumentos listados, o que se defende é que, no âmbito da segurança internacional, coexistem duas tendências dominantes: uma de caráter mais racionalista e positivista, que compreende a existência de uma relação de neutralidade entre a produção de conhecimento e a tomada de decisões na seara política, e outra, com alicerce crítico, para a qual a produção de conceitos invariavelmente impacta as estruturas políticas. Em se tratando da segurança internacional esse impacto é descrito pelo conceito de “dilema normativo” de Huysmans, cujo princípio é a ideia de que não há conhecimento inocente nesse sub-campo, algo atestado pela análise dos processos de securitização e construção de ameaças, e sua relação com a reprodução de determinadas lentes analíticas e conceituais. A partir de um *locus* de observação similar, esse trabalho visa explorar os argumentos das duas correntes mencionadas, com o intuito de apreender os impactos do conhecimento e do dilema normativo na construção de ameaças. Com isso, pretende-se, finalmente, localizar tal discussão no debate mais amplo sobre o papel sociopolítico da academia na contemporaneidade.

Palavras-chave: Poder; Conhecimento; “Dilema normativo”; Ameaça.

Abstract: This article seeks to understand the political impacts of knowledge and its consequences on the processes of threat construction, as described in the international security constructivist literature. For this, the work is based on the bibliographical review and problematization of theorists that, to some extent, equate the dynamics of the power-knowledge binomial, namely Michel Foucault and Pierre Bourdieu and their correspondents in the field of International Relations, as Peter M. Haas and Jef Huysmans. The argument is that, in the context of international security, two dominant tendencies coexist: one of a more rationalist and positivist character, which understands the existence of a neutral relation between the production of knowledge and the decision making in the political arena, and another, with a critical foundation, for which the production of concepts invariably impacts political structures. In terms of international security, this impact is described by Huysmans’ concept of “normative dilemma”, whose principle is the idea that there is no innocent knowledge in this subfield, something that is attested by the analysis of the processes of securitization and threat construction and its relation to the reproduction of certain analytical and conceptual lenses. From a similar *locus* of observation, this work aims to explore the arguments of the two currents mentioned, in order to apprehend the impacts of knowledge and the normative dilemma in the threat construction. With this, it is intended to locate such a discussion in the broader debate on the sociopolitical role of academia in contemporary times.

Key words: Power; Knowledge; “Normative dilemma”; Threat.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP) e graduada também em Relações Internacionais pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN)- Universidade Federal de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI).

INTRODUÇÃO

Em uma palestra de comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, proferida em 1989, e, posteriormente publicada textualmente pela Duke University Press sob o título de “Universal Corporatism: The Role of Intellectuals in Modern World” (1991), o sociólogo francês, Pierre Bourdieu traça importantes considerações sobre a evolução do papel social dos intelectuais ao longo da história. De acordo com seu argumento, o conhecimento se tornou, no último século, uma espécie de “capital cultural”, adquirindo para si o *status* de um novo tipo de dominação, à medida que se projeta no cenário político através da figura do tecnocrata. Esse último, por sua vez, seria o responsável por deslocar os intelectuais da academia e subordiná-los à condição de “dominantes entre os dominados” (BOURDIEU, 1991, p.655).

Complementando seu raciocínio, Bourdieu demonstra que a história dos intelectuais é marcada essencialmente por alternâncias de momentos de maior engajamento político com o mundo e outros, de retração e isolamento na “torre de marfim”. Nesse contexto, a Revolução Francesa e o “Século das Luzes” teriam representado um marco a partir do qual os intelectuais que, até então desempenhavam papéis políticos ativos, passam a ser vistos com desconfiança por líderes políticos e como “fontes de subversão”² (BOURDIEU, 1991). Isso, somado ao surgimento das correntes positivistas do século XIX, contribui para o crescimento de uma perspectiva racionalista, no meio intelectual, de que o conhecimento deveria ser obtido de forma “pura” e autônoma, desvinculado de intervenções na política. Esse cenário só viria a sofrer alterações em fins do século XIX e início do século XX, um período em que, tendo adquirido a autonomia de seu próprio campo, os intelectuais retornam à seara das decisões políticas, valendo-se de uma autoridade adquirida por sua especialização. (BOURDIEU, 1991)

Em suma, o intelectual entra para a modernidade como aquilo que Bourdieu considera como sendo um “ser bidimensional”, isso é, um indivíduo que precisa pertencer a um campo autônomo e independente de fatores políticos, econômicos e religiosos, mas que, ao mesmo tempo, investe sua autoridade e competência em outro campo, regido por lógicas diferentes daquelas presentes em seu campo de origem, qual seja, o da ação política (BOURDIEU, 1991). A “criatura” oriunda da mistura desses dois compostos instáveis e, *a priori*, imiscíveis se torna, portanto, um corpo cuja identidade não parece estar totalmente definida na maior parte dos meios científicos.

Tal indefinição atinge um nível extra de complexidade, contudo, no âmbito das ciências humanas e sociais, em que o tema das possibilidades de distanciamento entre sujeito e objeto, e a dimensão política do ofício do cientista social renderam e ainda rendem boas quantidades de tinta e maços de papel. Essas tendências se replicam, igualmente, na “jovem área” da qual nos ocupamos, isso é, as Relações Internacionais e seus subcampos.

Em se tratando especificamente dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), infere-se que os debates sobre o impacto político do conhecimento e dos conceitos de segurança só adquirem maior espaço a partir do encerramento da Guerra Fria, quando o fim da disputa bipolar abre margem para o questionamento das concepções fundamentalmente estado-cêntricas de segurança. Surge, nesse contexto, uma vasta literatura, destinada a compreender de

² Segundo Bourdieu, esse é uma percepção fomentada pela violência cometida na “Fase do Terror” (1792-1794), da Revolução Francesa, cujo movimento contou com ampla participação e embasamento intelectual.

que forma os grupos detentores do conhecimento acadêmico ou especializado influenciam os desdobramentos decisórios da política. É o caso, por exemplo, dos conceitos de “comunidades epistêmicas” de Peter M. Haas (1992) e “comunidades de prática” de Emanuel Adler (1998), cujo foco é a compreensão da atuação dos *experts* e *practioners* na difusão de mecanismos de cooperação internacional. Apesar de sua relevância, acreditamos, contudo, que a ênfase nos esquemas de coordenação e cooperação faz com que o estudo de seu inverso, isso é, o da construção de ameaças e das relações de inimizade seja sub-explorado.

Partindo desse princípio, o presente artigo se propõe a analisar as relações entre a variável do conhecimento, seus impactos sobre o poder político e, em última instância, sua influência sobre os processos de construção de ameaça. Para isso, buscaremos recuperar, ao longo do texto, os principais argumentos presentes na literatura de segurança internacional acerca do papel dos detentores do conhecimento especializado (acadêmicos, profissionais, burocratas...), tanto em suas vertentes mais racionalistas, que se alicerçam na ideia de neutralidade política do saber, quanto as escolas mais críticas, que, por sua vez, rechaçam a existência de tal neutralidade. Embora relevante, e reconhecendo as perdas analíticas de tal escolha, não incorporaremos nessa análise os debates sobre o papel da ideologia e suas relações com o conhecimento, por considerar que esse elemento, por si só, demandaria uma outra reflexão mais ampla. Portanto, nos focaremos essencialmente na dimensão da posse do conhecimento especializado e sua relação com a política e o poder.

Por fim, serão traçadas algumas reflexões sobre o papel desempenhado especificamente pela academia de Relações Internacionais e Segurança Internacional na produção de impactos, do ponto de vista da construção de ameaças. Filiando-nos às impressões de Bourdieu, embora seja de mister importância que os intelectuais e acadêmicos conservem sua autonomia, em relação aos desígnios da política e da economia, isso não implica a existência de uma neutralidade acadêmica, a qual consideramos, sobretudo no campo das ciências sociais, não passar de uma construção mitológica. No âmbito da segurança, ainda que a percepção do impacto político dos conceitos não seja consensual entre as escolas teóricas, como se verá adiante, a presente argumentação se alicerça no princípio de que o conhecimento sociológico não pode ser desvinculado das relações e das práticas sociais que o originam. Nesse sentido, é esperado que as ideias sejam moldadas por essas ações, assim como o contrário também se faz verdadeiro.

SOBRE IDEIAS E O PODER: MAPEANDO OS DEBATES SOBRE CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NA LITERATURA DE SEGURANÇA

Ainda na abertura de uma de suas mais relevantes obras³, Boaventura de Sousa Santos (2009) enuncia o princípio de que “Toda experiência social produz e reproduz conhecimento (...) É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais.” (SANTOS, 2009, p.9). Embora consideravelmente recorrente no campo sociológico, o reconhecimento de tal relação entre a produção do conhecimento e as práticas e interações de atores sociais parece ter sido só muito recentemente incorporado aos debates das Relações Internacionais, bem como à subárea dos estudos de segurança internacional (ESI).

³ SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. In: SANTOS & MENESES, Boaventura de Sousa; Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina: Coimbra, 2009.

Como demonstra McSweeney (1999), na introdução do livro “Security, identity and interests: a sociology of international relations”, os acontecimentos que desembocaram no encerramento da Guerra Fria foram vistos por muitos teóricos como uma importante oportunidade para a reformulação do conceito de segurança, com o intuito de contrapor e superar as limitações presentes nas definições do *mainstream* positivista-objetivista, notadamente representado pelas vertentes neorrealista e, em menor escala, neoliberal (MCSWEENEY, 1999). Segundo o autor, os chamados pós-positivistas defendiam que, ao se alicerçar em perspectivas essencialmente estado-cêntricas e militaristas e, ao considerar a estrutura - aqui fortemente condicionada pelas relações de equilíbrio de poder - como variável independente, o estruturalismo tornava-se cego a dinâmicas fundamentais, como o papel da agência, das ideias e identidades. Tais temas, por sua vez, se tornariam fundamentais para a construção da matriz construtivista, a qual alcançaria grande reverberação nos estudos de segurança a partir dos anos 1990.

Partindo de considerações similares, Thomas Risse-Kappen (1994) argumenta que, tanto as teorias liberais quanto realistas careciam de complementos, por meio de análises que fossem capazes de incorporar a influência de elementos domésticos e internacionais sobre o comportamento dos Estados, o que implicaria, da mesma forma, a inclusão de variáveis como as ideias, valores, conceitos estratégicos e o conhecimento, ao estudo das Relações Internacionais (RISSE-KAPPEN, 1994). Assim, torna-se claro que as propostas construtivistas, sobretudo aquelas mais alinhadas ao chamado “construtivismo crítico”, longe de se ater a um extremo ou outro (a saber, agência ou estrutura), buscaram, de algum modo, equacionar o papel desempenhado por ambos os elementos, compreendendo os fenômenos internacionais como sendo, antes de tudo, essencialmente sociais e multidimensionais.

Nesse sentido, ao invés da busca por regularidades no comportamento estatal, a tradição “construcionista”, tal qual considerada na terminologia de McSweeney (1999), busca desconstruir o conceito de segurança, considerando-o como um fenômeno intersubjetivo, que se configura a partir das disposições e expectativas dos atores. Isso significa que, pela ótica construtivista, a percepção de segurança é socialmente construída, assim como o é o seu oposto, ou seja, a insegurança (MCSWEENEY, 1999). Para McSweeney (1999), novamente, isso ocorre também porque as sensações de insegurança e segurança podem oscilar, conforme se alteram as identidades dos atores, que, por seu turno, não são nunca fixas, mas sim, relacionais, oriundas de mudanças na concepção do “eu”, em contraposição ao “outro” (MCSWEENEY, 1999). Dessa dinâmica decorre a necessidade de compreensão, não só dos resultados dos processos de tomada de decisão, mas de seus condicionantes sociais e ideacionais, bem como dos atores que deles participam. Com isso, torna-se possível entender, igualmente, como as interações variam dos extremos de cooperação à inimizade.

Para relacionar a variável da construção de ameaças à produção do conhecimento, serão retomados, nesse artigo, os debates sobre as relações entre conhecimento e poder, presentes, sobretudo na conceituação das comunidades epistêmicas e de prática; em seguida, articulam-se as discussões sobre o processo de securitização, a atuação das burocracias (presente mais fortemente nas análises de Didier Bigo) e a questão do dilema normativo, discutido por Huysmans (1999).

Além disso, o texto faz ecos, em alguma medida, às temáticas de identidade e redes de atores, visto que, como exposto anteriormente, a concepção de segurança é essencialmente

identitária e relacionada ao entendimento dos atores que a determinam. Sem quaisquer pretensões de propor novos termos ao debate, esse texto visa recuperar os principais argumentos, presentes na literatura sobre a interação entre a posse da informação e do monopólio sobre os discursos para compreender, mais profundamente, como a comunidade dos detentores do conhecimento especializado, tanto de forma autônoma, quanto em interação com órgãos burocráticos do governo, contribui, muitas vezes, para a perpetuação de determinadas lógicas de poder que, aqui, se relacionam à capacidade de definir os conceitos de ameaça, segurança e insegurança (BIGO, 2000).

Tal percepção é tributária, não apenas de uma bagagem conceitual *foucaultiana*, como também se alinha à sociologia de Pierre Bourdieu, do ponto de vista da consideração da importância das práticas e da rejeição à perspectiva da neutralidade acadêmica (BIGO, 2011). Posto de outro modo, aqui se compreende, tal qual demonstrado em Huysmans (1999), que nenhuma produção no âmbito da segurança é inocente e, uma vez concretizada, encontra-se automaticamente inserida ao campo político da segurança (HUYSMANS, 1999).

Muitos dos textos analisados trazem, em seu bojo, preocupações sobre a natureza das ideias e seu impacto sobre a forma de como os atores se percebem mutuamente. Entretanto, as ligações entre o conhecimento e o fenômeno do poder são mais intensamente trabalhadas, ainda que sob um viés essencialmente racionalista, por Peter M. Haas, em “Introduction: epistemic communities and international policy coordination”; publicado em 1992, o artigo que, na verdade, é também a introdução de um livro organizado pelo próprio Haas, lança luz sobre o conceito de comunidades epistêmicas e sua participação em processos de decisão, principalmente em contextos marcados pela incerteza (HAAS, 1992).

De acordo com a definição do autor, uma comunidade epistêmica é: “(...) uma rede de profissionais com reconhecidas expertise e competência em um domínio particular e autoridade sobre um conhecimento político relevante dentro desse domínio ou área.” (HAAS, 1992, p.3, tradução nossa). Em termos funcionais, tal abordagem poderia, na concepção de Haas, oferecer importantes *insights*, não apenas sobre a relevância do conhecimento nas relações entre os atores, mas igualmente a respeito das condições em que tais atores mudam suas percepções e interesses.

Em se tratando dos tipos de grupos que poderiam se encaixar ao conceito, a proposição conceitual de Haas parece relativamente flexível, ao partir do princípio de que, na prática, as comunidades podem ser formadas por uma ampla gama de profissionais, tanto nacional, quanto transnacionalmente (HAAS, 1992). Contudo, são estipulados quatro elementos que, em tese, seriam os responsáveis por amalgamar as comunidades e diferenciá-las dos demais grupos políticos, quais sejam: a) um conjunto compartilhado de crenças normativas, que proveem uma racionalidade baseada em valores para a ação social dos membros; b) crenças causais compartilhadas, derivadas da análise das práticas que levam ou contribuem para um conjunto de problemas no domínio de estudo, e que também servem de alicerce para a identificação das múltiplas ligações entre possíveis ações políticas e seus resultados; c) noções compartilhadas sobre a validade, isso é critérios intersubjetivos internamente definidos para a validação do conhecimento; d) objetivo político comum (HAAS, 1992).

No que diz respeito ao último ponto, Haas parte da visão de que o objetivo político comum geralmente encontra-se relacionado à percepção, compartilhada pelos membros da comunidade, de que suas ações, relacionadas à *expertise* aplicada a problemas políticos localizados, pode contribuir para a melhora do bem estar humano. Assim, o que diferencia esses últimos dos grupos de interesse, por exemplo, é o fato de que seus objetivos políticos não seriam auto-interessados. Do contrário, o que se entende é que a presença de quaisquer traços de auto-interesse deslegitima o propósito da comunidade epistêmica e reduz sua capacidade de influência (HAAS, 1992).

Essa separação entre motivações políticas próprias e o conhecimento parece estar imbricada no próprio processo histórico de fundação das comunidades epistêmicas, que, segundo as análises de Haas (1992), se consolida a partir do século XX e possui forte alicerce positivista. Através desse último, muitas das competências em políticas públicas são transferidas ao campo do conhecimento técnico, o que justifica, por exemplo, a ampliação dos aparatos burocráticos federais em muitos países ocidentais. A ideia mais recorrente era de que a interação entre cientistas e políticos poderia tornar as decisões mais racionais e eficientes; outra questão se refere ao fato de que, diante do aumento da complexidade e das incertezas advindas do contexto internacional, o recurso ao aconselhamento com os *experts* poderia oferecer alternativas para a ação política, tornando-a mais sólida. Essa última visão, entretanto, era matizada pela defesa, por parte de outros grupos de teóricos, de que, na prática, as comunidades epistêmicas só contribuíam para legitimar decisões já tomadas pelos líderes políticos (HAAS, 1992). Fica claro, porém, que essa não é uma percepção consensual e sua existência não reduz a importância e o impacto provocado pelas comunidades epistêmicas, visto que a própria possibilidade de oferecimento do aconselhamento político já nos parece bastante relevante, sobretudo no campo de segurança.

Listando de forma mais específica as possíveis funções desempenhadas pelas comunidades epistêmicas na seara das decisões, Haas (1992) ainda demonstra que o aconselhamento possui uma ampla gama de dimensões, que se estende desde o fornecimento de informações para o embasamento das ações políticas, até a própria influência sobre a formulação dessas últimas. Nesse quesito, o autor argumenta que o grau de tal influência deve variar, de acordo com a finalidade para a qual as comunidades epistêmicas são consultadas, mas também é possível, em se tratando do espectro político, que as comunidades em questão consigam impor suas visões a ponto de direcionar a tomada de decisões para um rumo diferente daquele imaginado, inicialmente, pelos líderes (HAAS, 1992). Assim, é possível inferir, mesmo a partir do ponto de vista mais pendente ao racionalismo⁴, que os participantes das comunidades epistêmicas não desempenham apenas o papel de meros expectadores do cenário decisório: há, em certa medida, alguma perspectiva de agência. Isso é reforçado e exposto mais claramente em Adler (1992), segundo o qual, as comunidades epistêmicas são atores nos processos políticos e contribuem de maneira ativa para a seleção de suas ideias pelos tomadores de decisão, tanto no âmbito doméstico quanto internacional (ADLER, 1992).

Por fim, quanto à estrutura e institucionalização, o conceito tradicional de Haas permite que as comunidades epistêmicas possam estar alocadas nos aparatos burocráticos, ainda que

⁴ O entendimento racionalista do processo decisório torna-se perceptível quando Haas (1992) afirma que: “Se a racionalidade é limitada, comunidades epistêmicas podem ser responsáveis por circunscrever os limites e delimitar as opções.” (HAAS, 1992, p.16, tradução nossa). Disto depreende-se que, para o autor, a escolha política é racional e, portanto, cabe às comunidades epistêmicas oferecer o subsídio (alternativas racionais) aos tomadores de decisão.

isso não seja uma regra. O que define as comunidades epistêmicas, nesse caso, são os quatro princípios mencionados anteriormente; logo, o acesso aos canais burocráticos só funciona como um vetor de aproximação em relação aos centros decisórios. Outra questão importante é que o conceito de Haas não limita o tipo de conhecimento exercitado pelas comunidades epistêmicas. Na verdade, segundo o autor, não se trata apenas de grupos de acadêmicos ou de cientistas naturais: a definição recepciona, em tese, profissionais de todas as áreas, desde que esses reivindiquem para si a autoridade sobre determinado campo do conhecimento e atendam aos critérios já expostos (HAAS, 1992). Nos exemplos do texto, porém, há uma preponderância em relação aos economistas e ambientalistas, o que, posteriormente, seria fonte de algumas más interpretações em relação à teoria original.

Tais desvios encontram-se devidamente analisados e sistematizados nas produções de Mai'a K. Davis Cross, a saber, os artigos “Re-thinking epistemic communities 20 years later” e “The military dimension of European Security: Na Epistemic Community Approach”, ambos publicados no ano de 2013. No primeiro caso, a autora constrói um rico balanço histórico da abordagem das comunidades epistêmicas, apontando suas transformações e, principalmente, limitações, advindas da má utilização do conceito por parte daqueles que se propuseram a interpretar e aprofundar a proposta teórica da década de 1990. Enquanto isso, no segundo artigo, Cross (2013) retoma as críticas elaboradas no primeiro texto e adiciona a análise de um estudo de caso, qual seja, o do Comitê Militar da União Europeia e seu impacto sobre a promoção da Política de Segurança e Defesa Comum (PSDC), no contexto europeu.

Em muitos sentidos, a abordagem proposta por Cross (2013) visa expandir o conjunto de ferramentas analíticas para a compreensão das comunidades epistêmicas. Para a autora, as vertentes que se valem da definição de Haas tornaram-se demasiadamente restritas, ao direcionar sua atenção para grupos de profissionais específicos (notadamente economistas e ambientalistas) e por desconsiderar as dinâmicas internas às comunidades epistêmicas que, em sua percepção, se analisadas, poderiam oferecer subsídios para explicar o motivo de determinadas comunidades se tornarem mais relevantes que outras no cenário político (CROSS, 2013).

A proposição de Cross (2013) se embasa na consideração de duas características, isso é, a coesão e a profissionalização que, em sua avaliação, seriam parâmetros mais eficientes para compreender o funcionamento interno das comunidades epistêmicas e sua capacidade de influenciar decisões. Quanto maiores a coesão e os graus de profissionalização, mais fortes tais comunidades se tornariam e, em consequência, mais influentes também. Com o intuito de aprofundar o ferramental analítico, sobretudo em relação à profissionalização, a autora ainda estabelece quatro variáveis independentes que, além de definir as comunidades epistêmicas, poderiam determinar seus graus de força e fraqueza; tais variáveis seriam: a) seleção e treinamento; b) frequência dos encontros e qualidade; c) normas profissionais compartilhadas; d) cultura comum.

Em suma, para Cross (2013), seria o profissionalismo, e não o conhecimento científico, um dos principais vetores de projeção das comunidades epistêmicas no cenário decisório (CROSS, 2013). Tal dimensão, amplia as categorias de grupos passíveis de serem considerados como partes dessas comunidades. Isso fica nítido nos exemplos escolhidos pela autora, os quais envolvem não apenas técnicos e acadêmicos, mas também diplomatas e militares. Na prática, entretanto, não se pode dizer que a expansão proposta seja nova, visto que ela já se encontrava, de algum modo, prevista no conceito original, tal qual discutido anteriormente.

Assim, o que de fato surge como contribuição é a importância conferida pela autora às dinâmicas de força e fraqueza e da própria profissionalização, ainda que, essa última não fique necessariamente tão clara, em nossa avaliação. Outro ponto relevante diz respeito ao fato de que a incerteza não necessariamente garante a procura pelas comunidades epistêmicas, uma vez que a instabilidade e a transitoriedade, de modo geral, tornam-se constantes das relações internacionais contemporâneas (CROSS, 2013). Logo, como apontado por Cross (2013), as comunidades também desenvolvem, entre si, relações competitivas, com o intuito de garantir que sua projeção se sobressaia em relação às demais. A projeção, por fim, advém justamente dos graus de coesão e profissionalização, como debatido anteriormente.

Ainda assim, permanece, em ambos os textos abordados certa falta de clareza em relação à dinâmica que garante que certas ideias ou tipos de conhecimento adquiram aderência, em detrimento de outros. Tais questões são equacionadas em “The emergence of cooperation: National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control”, ensaio publicado em 1992 por Emanuel Adler. Nele o autor explora, de maneira detalhada, o modo através do qual a comunidade epistêmica nacional estadunidense contribuiu para a propagação de ideias, doméstica e internacionalmente, relacionadas ao controle de armamentos nucleares que, posteriormente, teriam culminado na cooperação e assinatura do Tratado de Mísseis Antibalísticos com a União Soviética, em 1972.

Desse modo, a análise em questão parece responder a algumas das perguntas deixadas em aberto, tanto por Haas (1992), quanto por Cross (2013), sobretudo no que tange à transição do conhecimento científico e das ideias para a adesão política, o que se dá, de acordo com Adler (1992), não só por fatores internos às comunidades, mas também pelo alinhamento das ideias propostas por seus membros com as disposições, valores, interesses e expectativas, presentes no nível doméstico e internacional (ADLER, 1992). Existe em Adler (1992), portanto, uma preocupação mais ampla com os fatores conjunturais que permeiam todo o processo de tomadas de decisões.

Essas dimensões também são retomadas no artigo “Ideas do not float freely: transnational coalitions, domestic structures and the end of cold war”, de Thomas Risse-Kappen (1994). Exatamente como enunciado pelo sugestivo título, o argumento do autor parte do princípio de que os decisores encontram-se condicionados por diferentes tipos de concepções políticas, tanto doméstica, quanto internacionalmente. Nesse sentido, a propagação de ideias também encontra-se intrinsecamente dependente dos sistemas políticos internos, suas instituições, as relações Estado-sociedade e os valores que conformam sua cultura política (RISSE-KAPPEN, 1994). Analisando o encerramento da Guerra Fria, portanto, o autor mostra como o arrefecimento das tensões entre leste e oeste foi fruto da difusão de ideias liberais, como segurança comum, controle de armamentos e defesa não ofensiva, presentes nos centros intelectuais ocidentais, para os institutos de pesquisa soviéticos. A formação do que Risse-Kappen (1994) considera como sendo “redes transnacionais” de difusão do conhecimento justificaria, nesse sentido, as mudanças das identidades estratégicas dos países em questão e a inauguração de um cenário de relações mais pacíficas.

Ademais, de acordo com o autor, a familiaridade com tal arcabouço ideacionário também funcionaria para explicar as diferentes recepções da mudança de postura soviética, nos Estados Unidos e na Alemanha, por exemplo. O que se defende é que, no segundo caso, a

perspectiva da segurança comum encontrava-se mais consolidada nos centros decisórios, que no primeiro. Outro ponto a ser considerado seriam os diferentes sistemas políticos dos países em questão, os quais tornariam a canalização das ideias aos centros decisórios mais ou menos facilitada, em cada caso (RISSE-KAPPEN, 1994).

Outro modo de compreender os processos de difusão de ideias e do surgimento da cooperação tem base na sociologia de Pierre Bourdieu e enfatiza o papel das práticas, entendidas como: “padrões significativos, baseados no conhecimento, de atividade socialmente reconhecida, incorporados em comunidades, rotinas e organizações, que estruturam a experiência.” (ADLER, 2008, p. 198, tradução nossa). Dessa forma, a chamada abordagem das “comunidades de prática”, desenvolvida por Emanuel Adler na publicação “The spread of security communities: communities of practice, self-restraint, and NATO’s post-coldwar transformation” (2008) tornou-se fundamental, por inserir o elemento das práticas no debate sobre a cooperação em segurança, partindo do princípio de que as outras teorias existentes haviam pecado por não considerá-las na análise da evolução das estruturas sociais (ADLER, 2008).

De acordo com a definição presente no texto, as comunidades de práticas consistem em grupos: “de pessoas ligadas informalmente e contextualmente por um interesse compartilhado em aprender e aplicar uma prática comum.” (ADLER, 2008, p. 199, tradução nossa). Por essa interpretação, as práticas poderiam ser, assim como hábitos, difundidas pela aprendizagem e, graças a seu potencial transformador e autotransformador, contribuiriam para a socialização de comportamentos e mudanças, tanto de instituições, quanto do conhecimento prévio compartilhado pelos atores acerca do mundo (ADLER, 2008).

Analisando as contribuições da sociologia de Pierre Bourdieu para as Relações Internacionais, Didier Bigo (2011) argumenta que, pela concepção do autor, as práticas são “imanescentes” e fundamentam as ações sociais. Essas últimas, portanto, não poderiam ser vistas como fruto de uma simples escolha racional, tal qual afixada dentro dos marcos do realismo. Nesse contexto, a vantagem da análise das práticas seria evitar, a um só tempo, a pretensão generalidade empiricista e as “pré-concepções inerentes ao *habitus* dos pesquisadores”, muito presentes nas correntes consideradas pelo autor francês como “idealistas” (BIGO, 2011).

O fundamento da análise prática, todavia, não deixa de abranger uma relação de conhecimento e aprendizagem, algo que fica claro pela observação, no artigo de Adler (2008), do caso do alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), nos anos 1990, para o Leste Europeu e, posteriormente, para o Oriente Médio. Na terminologia do próprio autor, as comunidades de prática exercem uma espécie de “efeito pedagógico” ao disseminar, pela via das práticas, conhecimentos e conceitos específicos. No caso da OTAN, isso ocorre através da socialização do princípio de auto contenção, endêmico das comunidades de segurança de base liberal. Trata-se, segundo a análise, de um processo de evolução cognitiva, cujo “gatilho” é a atuação de uma “autoridade cognitiva”, imbuída do “poder simbólico”, para dotar objetos materiais com significados duradouros e tornar uma prática mais atrativa que outras (ADLER, 2008).

Pela concepção de Adler (2008), o instrumental oferecido pela abordagem das comunidades de prática poderia ajudar a compreender não só o fenômeno da socialização da segurança cooperativa, como também a dinâmica da institucionalização seletiva, isso é, porque a

adesão às práticas acontece em certos casos e, em outros, não. Como exemplo, o autor menciona o fracasso das iniciativas de expansão da OTAN para o Oriente Médio, após os atentados de 11 de setembro de 2001. Para ele, o recrudescimento dos discursos de exaltação ao nacionalismo comprometeu a autoridade cognitiva ocidental naquela região (ADLER, 2008). Essa visão, no entanto, nos causa certa inquietação, na medida em que o autor parece desconsiderar o papel exercido pelas próprias intervenções ocidentais na desestabilização regional.

Outro ponto a ser questionado é o caráter “evolutivo” do processo de socialização das práticas de segurança cooperativa, o qual parece pressupor a existência de uma linha de progresso, em direção a uma situação ideal, ou patamar ótimo, que, no caso, corresponde aos moldes de segurança cooperativa e comunitária imaginados por intelectuais europeus. Assim, questiona-se se tais padrões seriam aplicáveis ou mesmo desejáveis em outras realidades globais. De qualquer modo, o que se infere é que o processo de difusão de comunidades de prática pressupõe, em alguma medida, a existência de um desnível entre os “socializadores” e os “socializados”, para utilizar a terminologia de Gheciu (2005). Essa relação também fica expressa nas reflexões de Pouliot (2010), quando o mesmo discute as dinâmicas de mestre-aprendiz entre a OTAN e a Rússia.

No caso de Pouliot (2010), entretanto, as aproximações com Bourdieu e as lógicas de poder que influenciam a socialização de práticas se tornam ainda mais claras, visto que o autor propõe que a cooperação depende de um alinhamento entre as disposições e posições ocupadas pelos atores no sistema internacional (POULIOT, 2010). Por outro lado, há uma proposta de “retorno às origens” do conceito de segurança comunitária, no sentido imaginado por seu fundador, Karl Deutsch. Em outras palavras, Pouliot parece partir do princípio de que a ideia de segurança comunitária teria sofrido expansões, não previstas no conceito inicial, que incluiriam temas como identidade, como um critério a ser considerado para a identificação de uma comunidade de segurança. Contudo, a proposta de Deutsch se referia unicamente à normalização da diplomacia como prática preferencial de solução de controvérsias, em detrimento do recurso à guerra (POULIOT, 2010). De qualquer modo, a relevância desempenhada pelas práticas e pelos conhecimentos a elas atrelados permanece.

De maneira geral, como exposto, as abordagens direcionadas à compreensão da importância do conhecimento nas relações sociais e internacionais enfatizam principalmente as dinâmicas cooperativas, sem considerar mais profundamente o papel desempenhado por essa variável nos processos de construção de inimizades e de formulação de ameaças. Essa é, por seu turno, a inquietação que nos move a escrever o presente texto, como observado alhures.

Cumprime primeiramente, retomar os autores que dialogam com a perspectiva da securitização, ainda que por um viés crítico, a saber, Thierry Balzacq, Jef Huysmans e Didier Bigo. Um dos elementos que unifica suas abordagens é o fato de todos os autores mencionados apresentarem, em alguma medida, o que consideram como sendo limitações ou falhas da Escola de Copenhague (EC), a qual, por sua vez, está atrelada aos estudos de Barry Buzan e Ole Wæver (anos 1980 e 1990). Em artigo publicado pelo *European Journal of International Relations* e intitulado “The three faces of securitization: political agency, audience and context” (2005), Balzacq demonstra que todo o processo de securitização, nos marcos da Escola de Copenhague, depende do ato de discurso e, mais particularmente, da enunciação da palavra “segurança” que,

segundo seus fundadores, tem a capacidade de, por si só, alterar as percepções e a realidade, criando uma nova ordem social e um novo “normal” político (BALZACQ, 2005).

No modelo analítico da EC são equacionados três “personagens” principais, quais sejam, o agente securitizador, ou aquele responsável por proferir o discurso; o objeto-referente, isso é, o elemento a ser securitizado, e cuja existência configura uma ameaça existencial à sobrevivência do Estado; e a audiência, que, por sua vez, seria teoricamente a fonte da qual emana a legitimação, ou não, do discurso securitizador (BALZACQ, 2005). Para Balzacq (2005), porém, essa forma de compreender o processo o limita, na medida em que a abordagem do ato de discurso impõe um enorme grau de formalismo e regras ao ato de securitização, que o afastam da realidade. Assim, sem romper totalmente com o modelo da EC, o autor propõe uma outra alternativa analítica, baseada no conceito de “ato pragmático” de segurança (BALZACQ, 2005).

De acordo com essa concepção, o ato pragmático ou estratégico de segurança se alicerça em três pilares que, na visão de Balzacq (2005), são pouco explorados pela perspectiva do ato de discurso, quais sejam: o contexto, as disposições psico-culturais da audiência e o poder que ambos, ator securitizador e audiência, trazem para a interação (BALZACQ, 2005). Por essa lógica, a securitização deixa de ser um ato de discurso auto-referencial e baseado em regras universais e passa a ser mais fiel aos limites conjunturais, visto que, na compreensão do autor, as ameaças precisam ter alguma fundamentação na realidade material e global, para que o ator securitizante seja bem sucedido.

Além disso, é considerado mais atentamente o papel desempenhado pela audiência, enquanto o ato securitizador em si é entendido desde um ponto de vista estratégico, no qual as possibilidades de enunciação do discurso e de definição de ameaças dependem das capacidades materiais e da posição social ocupada pelo agente securitizador, em relação à audiência. Outra dimensão importante é a própria adequação do discurso ao tipo de audiência, tanto em termos de conteúdo, quanto de performance (gestos, figuras de linguagem, emoções etc) (BALZACQ, 2005).

De todas as variáveis consideradas por Balzacq (2005), a que mais nos chama a atenção, tendo em mente o objetivo de compreensão da importância do pilar do conhecimento, é a terceira, que equaciona as relações de poder entre agentes securitizantes e audiência. O poder, nessa esfera, é compreendido de forma relacional e, no campo político, a autoridade para realizar uma elocução securitizadora está atrelada ao que o autor chama de “competência linguística”, ou seja, o elemento que define quem pode falar sobre determinado assunto, em segurança (BALZACQ, 2005). Aqui fica claro que essa faculdade é fruto do posicionamento social dos atores, como já foi dito, mas também de um elemento menos perceptível, e igualmente importante, isso é, as assimetrias de acesso à informação, entre a audiência e aquele que securitiza. Como argumenta Balzacq: “Em ambos os casos de competência linguística, o poder de persuadir repousa sobre a suposição de que um dado ator securitizador sabe o que está acontecendo e trabalha pelos interesses comuns.” (BALZACQ, 2005, p. 191, tradução nossa). Ainda segundo o mesmo autor, a audiência, que por seu turno, não encontra-se completamente informada, tende a confiar nos relatos e discursos de oficiais políticos, crendo que esses últimos disponham de “boas razões” (BALZACQ, 2005, p.191) para alçar determinados temas ao nível das ameaças.

Assim, orientando-se também pelas conceitualizações de Pierre Bourdieu, Balzacq aponta que o conhecimento adquire *status* de uma espécie de capital cultural, no campo político. Esse desnível em relação ao acesso ao conhecimento é o que faz com que, na percepção da audiência, aquele que se encontra na posição mais favorecida seja também o detentor do monopólio sobre a informação, o que justifica suas ações posteriores, ainda que essas sejam propagadas na chave da exceção e da expansão dos poderes Executivos (se pensarmos no contexto governamental) (AGAMBEN, 2004).

Aqui não se pretende sugerir, todavia, que o simples domínio sobre a informação seja garantidor de um ato de securitização bem sucedido. Compreende-se que o fenômeno é complexo e multidimensional e, que, como observado em Balzacq (2005), depende consideravelmente das variáveis contextuais, para ser apreendido e executado. Contudo, sem a posse desse “capital cultural”, o processo se torna inviável, posto que se trata de um dos pilares da desigualdade posicional existente entre ator securitizador e audiência. Em outras palavras, e considerando o espaço político em que se dá a securitização como o “campo” de Pierre Bourdieu, o controle sobre os diversos capitais historicamente construídos cria posições desiguais entre agentes “dominantes” e “dominados” (POULIOT, 2008) que, no caso, correspondem ao agente securitizador e a audiência, respectivamente.

De forma similar, no capítulo “Whent wobe come one: Internaland External Securitization in Europe” (2000), Didier Bigo também traça algumas considerações acerca da relação entre conhecimento e securitização, ao se ocupar mais especificamente do caso europeu e da atuação das agências de segurança interna e externa (guardas civis, forças policiais, serviços de inteligência, exército, entre outros), no continente. Para esse autor, ainda que muitas análises acadêmicas situem as causas do processo de transnacionalização de fronteiras, ocorrido na Europa, na suposta mudança da natureza das ameaças do sistema internacional, é preciso compreender mais atentamente o papel cognitivo desempenhado pelas agências burocráticas de segurança no processo de definição de ameaças (BIGO, 2000).

O autor ainda usa a ideia de “campo de segurança”, para delimitar o espaço social no qual as referidas estruturas burocráticas agem e competem pelo poder simbólico de definir o que se entende por segurança e, ao mesmo tempo, por insegurança, uma vez que, como argumentado no texto, todo processo de securitização traz, em seu bojo, uma percepção de insegurização. A consequência disso é que tais agências passam por processos de expansão e homogeneização de funções, de tal forma que forças originalmente projetadas para o policiamento interno, por exemplo, passem a executar funções de defesa transfronteiriça que, por sua vez, correspondia à uma incumbência do exército (BIGO, 2000). Forja-se, no limite, uma percepção de que os dois tipos de agência, embora destinadas para funções essencialmente distintas, compartilham de um mesmo inimigo, uma vez que a distinção entre Estado nacional e cenário internacional também deixa de existir, supostamente. No caso europeu, analisado por Bigo, essas tendências confluem para a securitização do migrante que, em nossa reflexão, é o que de fato materializa a ameaça, a qual vem de fora, e passa a ser parte integrante do contexto interno. Isso se intensifica a partir da associação de tais grupos a práticas específicas, como o crime organizado transnacional e o terrorismo (BIGO, 2000).

Com uma crítica mordaz, Bigo (2000) atinge não apenas os teóricos da securitização⁵, mas os acadêmicos, de forma mais genérica, por frequentemente reproduzirem os discursos e dados burocráticos e, com isso, perpetuar determinadas lógicas de poder. Assim como Bourdieu, Bigo se mostra um opositor ferrenho do mito da neutralidade acadêmica, colocando que mesmo a reprodução de certos conceitos por vezes calcifica e propaga lógicas e interesses estatais. Segundo Bigo:

Algumas dessas categorias apresentadas por “teóricos” como “conceitos” derivam frequentemente do pensamento estatal, de terminologias emprestadas de burocracias estatais. Elas são reproduzidas com frequência por alguns acadêmicos como descrições da realidade, portanto “santificando” rótulos administrativos como conceitos analíticos a serem usados por um grupo de pesquisadores interessados em seguir uma linha dóxica de pensamento, favorecida pelo Estado, a fim de reforçar suas próprias posições institucionais acadêmicas, mesmo se correm algum risco de perderem a credibilidade erudita. Rótulos como terrorismo, tráfico humano, refugiado econômico e segurança nacional, mesmo quando santificados pelas ciências sociais e transformado por legisladores em categorias judiciais não são conceitos acadêmicos ou ferramentas de pensamento, mas instrumentos de políticas de (in) segurança. (BIGO, 2011, p. 230-231, tradução nossa)

Essas questões fazem ecos diretos à ideia de “dilemma normativo”, debatida por Jef Huysmans, em “Language and the mobilisation of security expectations: the normative dilemma of speaking and writing security” (1999). O argumento central do texto segue o raciocínio de que o ato de falar ou escrever sobre segurança nunca é inocente, uma vez que a prática de quaisquer dessas ações tem o potencial de ocasionar processos de securitização de determinados temas (HUYSMANS, 1999). Embora não seja absoluto, uma vez que, como demonstrado pelo autor, a securitização depende de contextos específicos para ocorrer, o dilema normativo do construtivismo social, em termos de segurança, parece inevitável, pela ótica de Huysmans. Nesse sentido, o grande desafio apontado pelo texto, se torna a adoção de uma perspectiva crítica dos estudos de segurança que, no texto analisado, se relaciona à consideração do binômio *foucaultiano* de poder e conhecimento. Tal proposta dialoga fortemente com as concepções de Bigo, na medida em que o que se propõe é um olhar mais atento para as instituições e para a governança, em detrimento da reprodução de discursos sobre a suposta mudança da natureza dos campos de segurança (HUYSMANS, 1999).

A ideia de “segurança multidimensional” também é problematizada por Saint-Pierre (2011), ao avaliar especificamente seus danos no contexto sul americano. O que ocorre, como apontado pelo autor, é que a importação de determinados conceitos “não importáveis”, como segurança - a qual se baseia em uma percepção, que varia de acordo com contextos sociais específicos - abre precedentes para anomalias como o emprego interno das forças armadas, uma vez que questões de segurança pública são tratadas como ameaças. (SAINT-PIERRE, 2011) Logo, de maneira similar ao caso europeu, se dá a homogeneização e a sobreposição de

⁵ A crítica mais específica à Escola de Copenhague se refere ao conceito de “societal security” (segurança societal), aplicado por seus formuladores com o intuito de separar o campo da segurança de temas essencialmente militares, mas que foi mal interpretado e subvertido por alguns políticos ocidentais, para se referir às ameaças supostamente “advindas da sociedade”, abrindo precedentes para a propagação de discursos xenofóbicos (BIGO, 2000).

funções entre os agentes de segurança interna e aqueles originalmente voltados para a defesa do território, como o exército.

O que se percebe, portanto, é que, no âmbito da segurança, os conceitos e o conhecimento, de forma mais específica, podem adquirir grande força e, em última análise, também servir de base para a legitimação do poder simbólico ou autoridade cognitiva sobre a definição de ameaças. Considerando a proposição inicial do artigo, cumpre, nas páginas finais, analisarmos o enquadramento da academia, enquanto uma das principais produtoras e reprodutoras de construções conceituais, na seara da política, do poder e da construção de ameaças.

Ao descrever as transformações sofridas pela academia de Relações Internacionais e por seus “grandes debates”, Ole Waever (2010) aponta dois fatores que, em sua concepção, seriam capazes de impor mudanças e desafios ao campo de estudos: o aumento da influência política de seus membros, uma tendência crescente, sobretudo no âmbito da instrumentalização da *expertise* em discussões de políticas públicas e, no percurso contrário, mas ainda assim, complementar, a intensificação da politização da ciência. Esse último fenômeno, de acordo com o autor, se torna possível graças à ampliação da participação e do impacto de “vozes políticas” no meio científico. (WAEVER, 2010) Na prática, portanto, depreende-se que há, cada vez mais, uma interpenetração da academia para a política, e vice-versa, de tal forma que as possibilidades de neutralidade do conhecimento se tornem cada vez mais limitadas.

A questão do papel político dos intelectuais, por seu turno, é melhor explorada no ensaio de Johan Eriksson, intitulado como “Observer-advocates? On the political role of security analysts” (1999). A menção ao referido texto torna-se relevante do ponto de vista dos objetivos de nossa análise, uma vez que o autor dedica-se especificamente ao estudo de como algumas das principais escolas teóricas de segurança, a saber, os estudos tradicionais de segurança, a Escola de Copenhague e os estudos críticos concebem as implicações políticas da expansão dos conceitos promovidos pela análise da securitização e da segurança multidimensional, como exposto anteriormente. Segundo Eriksson (1999), embora todas as correntes em questão se debrucem, em alguma medida, sobre o tema dos impactos políticos dos conceitos de segurança, o fazem sob diferentes óticas e intensidades. Pela perspectiva do autor, todavia, todas as três correntes carecem de deficiências analíticas que, em sua concepção, poderiam ser corrigidas a partir aquilo que o mesmo considera como sendo uma abordagem “maquiavélica” para a problemática (ERIKSSON, 1999).

Recuperando brevemente cada uma das três perspectivas, percebe-se que a corrente tradicionalista adota um perfil racionalista, na medida em que rejeita o caráter político e normativo de seus conceitos, considerando-os puramente científicos, algo que o autor considera não se sustentar, posto que conceitos como “segurança nacional” possuem um teor altamente político e legitimam questões como a militarização. (ERIKSSON, 1999) O construtivismo tradicional, por sua vez, representado no texto pela Escola de Copenhague, compreende que a ampliação dos setores passíveis de serem agrupados sob o rótulo da securitização possui implicações políticas. Entretanto, como demonstrado por Eriksson, esse grupo é veementemente rechaçado pelos autores mais críticos por reproduzir concepções racionalistas e objetivistas ao reconhecer a ocorrência da politização dos conceitos, mas eximir-se da responsabilidade por essa última, imputando-a essencialmente aos tomadores de

decisão e nichos políticos. No outro extremo, os representantes das escolas críticas enxergam a política e os estudos de segurança como duas variáveis indissociáveis. Assim, fazendo ecos à perspectiva do dilema normativo de Huysmans (1999) esses autores filiam-se à ideia de que não há inocência na produção acadêmica e a simples descrição de conceitos pode incorrer em processos de politização e securitização de determinados temas. Para Eriksson, no entanto, o comprometimento político e o caráter normativo desse grupo enfraquecem sua consistência, do ponto de vista teórico. (ERIKSSON, 1999)

Nesse sentido, visando superar as limitações encontradas nas três perspectivas, o autor propõe uma abordagem pragmática e “maquiavélica” da relação entre a academia e a política. Em outras palavras, isso significaria direcionar a produção teórica a um duplo comprometimento, ou seja, à teoria e à prática política. A referência a Nicolau Maquiavel se justifica dada à natureza dos estudos do autor florentino, cujos escritos se destinavam não só à compreensão, mas também ao exercício do ofício da política. É importante mencionar, contudo, que isso não implica o envolvimento acadêmico direto em questões políticas, que, segundo Eriksson (1999) deveria ser evitado de modo a garantir que a academia conserve sua independência e distanciamento de análise em relação à realidade social. Nas palavras do autor: “Acadêmicos não necessariamente fazem bons políticos.” (ERIKSSON, 1999, p. 326, tradução nossa).

As considerações de Eriksson (1999) sobre a autonomia acadêmica remetem às reflexões de Pierre Bourdieu, presentes nos escritos mencionados na introdução desse texto. De acordo com o sociólogo francês, a autonomia dos intelectuais, de forma geral, encontra-se cada vez mais “ameaçada” pela subordinação dos últimos às instituições políticas, econômicas e por aquilo que o autor chama de “tentação da Torre de Marfim”, isso é, grupos de acadêmicos que criam meios e instituições para ampliar a influência sobre a política, com o intuito de garantir o aumento de sua própria projeção no campo. Ao mesmo tempo, existe, em sua percepção, uma tendência de crescimento da apropriação do conhecimento intelectual por “tecnocratas” e “epistemocratas”(BOURDIEU, 1991, p.655). Como exposto pelo autor, trata-se de um grupo que: “(...) finge usar a ciência – notadamente a ciência econômica – para governar, e que tem mais poder que antes para contestar o monopólio da inteligência que os intelectuais costumavam prontamente apropriar para si mesmos (BOURDIEU, 1991, p. 2, tradução nossa). Nesse quesito, Bourdieu ataca frontalmente a tecnocracia e o culto à *expertise*, que reduzem a política a questões de gerenciamento, solução de problemas (“mangement”)e têm monopolizado o debate público, desde o século XIX.

A partir de tais perspectivas, depreende-se que existe um custo implícito no aumento da participação intelectual e acadêmica na vida política, isso é, o risco de perda de autonomia e da consistência teórica do conhecimento. Isso, todavia, não exige os acadêmicos das responsabilidades políticas advindas da produção conceitual que, como demonstrado pelo caso da construção de ameaças, se originam à medida que determinados rótulos são criados e reproduzidos. Em suma, portanto, o “dilema normativo” parece inescapável, embora não se possa afirmar que sua relação com a conservação de determinadas estruturas de poder seja direta. Trata-se, antes, de uma relação possível e condicional. Posto de outra forma, o dilema *per se* não é o responsável pela apropriação do conhecimento pelo poder e pela concretização dos processos de construção de ameaças. O que, de fato, converte a relação dilema-poder em

uma realidade concreta, é a negligência acadêmica em relação à produção e reprodução de bagagens conceituais que legitimam, em última instância, determinadas estruturas de poder, como argumentam Bigo e Huysmans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou analisar, através da revisão da literatura selecionada, as relações entre conhecimento, poder e o processo de construção de ameaças. Como argumentado, ainda que a maior parte da bibliografia se destine à compreensão da influência dos grupos detentores de conhecimento especializado sobre os processos de cooperação em segurança e defesa, como as comunidades epistêmicas, compreendemos que as dinâmicas de participação de tais atores na determinação de ameaças ainda não se encontravam totalmente esclarecidas.

A partir do diálogo travado entre os autores, foi possível perceber a existência de dois grupos majoritários, um de natureza mais associada ao racionalismo, que enxerga a participação acadêmica e especializada em questões políticas como desprovidas de autointeresse e, portanto, neutra, em certa medida, e outro, de caráter crítico, que não concebe a existência de uma produção de conhecimento em segurança ileso de consequências sociais. Para esse último grupo, que alinha-se às sociologias de Foucault e Pierre Bourdieu, todo o conhecimento produzido é fruto de disputas de poder, de tal forma que sua reprodução, invariavelmente culmina na reprodução de determinadas estruturas sociais. No campo da construção de ameaças, essa lógica é mais profundamente equacionada pela ideia de “dilema normativo”, de Jef Huysmans, segundo o qual, o estudo da segurança nunca é inocente e necessariamente provoca desdobramentos no campo da política.

Em nossa percepção, contudo, faz-se relevante ressaltar que a existência do dilema normativo não ocorre no vácuo, e nem desencadeia consequências políticas por si própria: ela as provoca a partir da aliança entre as demandas dos interesses políticos e a negligência de determinados grupos de estudiosos em relação ao peso de sua produção conceitual. Nesse sentido, reafirmamos a importância da desmistificação da neutralidade acadêmica, sobretudo no âmbito das ciências sociais, considerando que a reprodução desse discurso também perpetua e, em alguma medida, legitima os comportamentos e posicionamentos pouco atentos aos impactos sociais do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. The Spread of Security Communities: Communities of Practice, Self-Restraint, and NATO's Post- Cold War Transformation, *European Journal of International Relations* 14 (2), 2008: 195-230.

ADLER, Emanuel. The Emergence of Cooperation: National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control. **International Organization**. Vol. 46, No. 1, Knowledge, Power, and International Policy Coordination (Winter, 1992), pp. 101-145.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2004.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context, *European Journal of International Relations*, Vol. 11(2), 2005. p. 171–201.

BIGO, Didier. When Two Become One. Internal and External Securitizations in Europe. In: KELSTRUP, Marten; WILLIAMS, Michael C. (Eds), *International relations Theory and the Politics of European Integration*. London: Routledge, 2000.

BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of practices, practices of power, *International Political Sociology*, Vol. 5, 2011, p. 225-258.

BOURDIEU, P., SAPIRO, G., & MCHALE, B. (1991). Fourth Lecture. Universal Corporatism: The Role of Intellectuals in the Modern World. *Poetics Today*, 12(4), 655–669. <http://doi.org/10.2307/1772708>.

CROSS, Mai'a K. Davis. Rethinking epistemic communities twenty years later, *Review of International Studies* 39 (1), 2013: 137-60.

CROSS, Mai'a K. Davis. The Military Dimension of European Security: An Epistemic Community Approach, *Millennium - Journal of International Studies*, 42 (1), 2013: 45-64.

ERIKSSON, Johan. **Observers or advocates?** On the political role of security analysts. Cooperation and Conflict. 1999, vol 34 (3), pp. 311-330.

GHECIU, Alexandra. Security Institutions as Agents of Socialization? NATO and the “New Europe”, *International Organization*, 59 (4), 2005: 973-1012.

HUYSMANS, Jef. **Language and the mobilisation of security expectations.** The normative dilemma of speaking and writing security. Paper for the ECPR Joint Sessions, workshop Redefining Security, Mannheim, 26-31 March 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** Editora L&PM: Porto Alegre, 1999.

McSWEENEY, Bill. Security, Identity and Interests: *A Sociology of International Relations*. New York: Cambridge University Press, 1999. Cap. 6. The social constructionist approach.

POULIOT, Vincent. *The Logic of Practicality: A Theory of Practice of Security Communities.* International Organization. Vol. 62, No. 2 (Spring, 2008), pp. 257-288.

POULIOT, Vincent. *International Security in Practice.* The Politics of NATO–Russia Diplomacy. Cambridge University Press, 2010. Introdução.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Ideas Do Not Float Freely: Transnational Coalitions, Domestic Structures, and the End of the Cold War, *International Organization*, 48 (2): 1994 185-214.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. In: *Contexto Internacional*, vol 33 (2), 2011, 408-433.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. In: SANTOS & MENESES, Boaventura de Sousa; Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina: Coimbra, 2009.

WAEVER, Ole. Still a Discipline After All These Debates? In: DUNNE, T.; KURKI, M. and SMITH, S. (Orgs) *International Relations Theories: discipline and diversity*. New York: Oxford University Press, 2010.

